



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003717-62.2018.8.26.0037**
 Classe – Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária**
 Requerente: **BV Financeira S/A.**
 Requerido: **Osmar Ogelio Oliveira dos Santos**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

Vistos.

-

BV FINANCEIRA S/A - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS ajuizou ação de **BUSCA E APREENSÃO** contra **OSMAR OGELIO OLIVEIRA DOS SANTOS**, alegando, em síntese, ter firmado com a acionada contrato de Cédula de Crédito Bancário com cláusula de alienação fiduciária em garantia, de que foi objeto o bem descrito na petição inicial, no valor de R\$ 37.945,37, a ser resgatado em 48 parcelas. Entretanto, a acionada não cumpriu o acordo, ensejando uma dívida de R\$ 34.112,97, restando caracterizada a mora. Pleiteou a concessão de liminar para busca e apreensão do bem e a procedência da ação, rescindindo-se a avença com a consequente consolidação da propriedade em suas mãos e a condenação do acionada ao pagamento das custas e honorários advocatícios.

Deferida a medida liminar e efetivada a busca e apreensão do veículo (págs. 76/77).

Citado, o acionado apresentou contestação, rebatendo a pretensão inicial, aduzindo, em preliminar, ausência de condição da ação pela falta de comprovação de mora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Sustenta o excesso no valor cobrado e pleiteia a revisão dos juros aplicados.

É o relatório.

D E C I D O.

Julgo este processo no estado em que se encontra, por não haver necessidade de produção de outras provas (artigo 355, I, do Código de Processo Civil).

Assim já se decidiu:

“O julgamento antecipado da lide, quando a questão proposta é exclusivamente de direito, não viola o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório” (Agravado de Instrumento 203.793-5-MG, em Agravo Regimental, Relator Ministro Maurício Correa, 2ª. Turma do Supremo Tribunal Federal, j. 03.11.97, “in” Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, Theotonio Negrão – 39ª edição – 2207 – Saraiva).

“O julgamento antecipado da lide, sobre questão exclusivamente de direito, não constitui cerceamento de defesa, se feito independentemente de prova testemunhal, protestada pelo réu” (RTJ. 84/25, op.cit).

A petição inicial foi instruída com a documentação necessária à comprovação da mora do acionado. Reforce-se o entendimento da jurisprudência dominante no Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, no sentido de que é válida a notificação quando encaminhada ao endereço constante no contrato, ainda que recebida por terceiro. Neste sentido:

“Agravo de instrumento. Busca e apreensão Alienação fiduciária. Notificação extrajudicial enviada ao endereço constante do contrato. Validade. Para o efeito de comprovação da mora, tendo em vista a possibilidade liminar da busca e apreensão, basta estar caracterizado o encaminhamento da notificação ao endereço constante do contrato. Agravo provido. (Agravo de Instrumento n.º2010589-90.2018.8.26.0000. Datado Julgamento:06/06/2018).

“APELAÇÃO. BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. COMPROVAÇÃO PRÉVIA DA MORA DO DEVEDOR. Inocorrência. Para a comprovação da mora deve-se demonstrar a efetiva entrega da notificação no endereço declinado no contrato, ainda que recebida por terceiro, ou


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

demonstrar que o óbice encontrado para sua entrega decorreu de mudança de endereço sem prévio aviso. O Autor não juntou um único comprovante de constituição em mora do Réu acerca do débito em aberto objeto da presente ação. Impossibilidade de concessão de prazo para emenda. Ausência de pressuposto de cabimento da própria ação de busca e apreensão. Decisão mantida, por outro fundamento. RECURSO DO AUTOR NÃO PROVIDO. (Apelação Cível - nº 1000826-12.2018.8.26.0185. Data do Julgamento: 26/06/2018).

Portanto, **rejeito** a defesa processual arguida.

No mérito, pedido inicial deve ser julgado procedente.

A autora sustenta o inadimplemento por parte do acionado, fato que ficou evidente consoante documentação apresentada com a petição inicial, bem como com o teor da contestação apresentada.

O argumento do acionado baseado no excesso de cobrança e a pretendida redução dos juros não prosperam. Veja-se que ele aderiu livremente aos termos do contrato, usufruiu dos valores obtidos com o empréstimo, e não se acena com qualquer vício de consentimento.

Sua argumentação, quanto à limitação dos juros em 12% ano, impossibilidade de capitalização ou ilegalidade da legislação que a autoriza, não prospera.

É tema que já possui entendimento jurisprudencial pacificado.

A capitalização dos juros, em período inferior a um ano é expressamente admitida em lei (no caso das cédulas de crédito bancário, Lei 10.931/04), e o Colendo Superior Tribunal de Justiça, quando do julgamento do Recurso Repetitivo 973.827/RS, relatado pela Ministra Maria Isabel Gallotti, passou a admitir a cobrança de juros capitalizados em intervalo inferior ao anual, nos contratos bancários firmados após 31.03.2000, data da publicação da Medida Provisória 1.963-17/2000, atualmente reeditada sob nº2.170-36/2001, desde que expressamente pactuada.

Em precedentes, ora invocados como razão de decidir, assim se estabeleceu:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

"Apelação. Contratos bancários. Ação revisional de contrato c.C. Consignação em pagamento. Incidência do CDC. Admissibilidade. Capitalização. Admissibilidade. Discussão impertinente sobre a utilização da Tabela Price. Comissão de Permanência cumulada com outros encargos. Ausência de interesse recursal. Não conhecimento. Sentença mantida. Recurso improvido na parte conhecida.

...

O contrato foi celebrado em 03.11.2011, quando em vigor a Medida Provisória 1.963-17/2000, de 31 de março de 2000, reeditada sob nº 2.170-36/2001, a qual, em seu artigo 5º, autoriza as instituições financeiras a capitalizarem juros com periodicidade inferior a um ano. A referida norma não foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, que não concluiu o julgamento da ADIN 2316-1. A capitalização mensal de juros foi contratada pelas partes. A taxa efetiva de juros mensais é de 2,6687%, que multiplicada por doze, resulta percentual inferior à taxa anual, de 37,16967%, o que confirma a capitalização.

O Superior Tribunal de Justiça, a respeito, já decidiu:

"1 - No julgamento do recurso especial 973.827, julgado segundo o rito dos recursos repetitivos, foram firmadas, pela 2ª Seção, as seguintes teses para os efeitos do art. 543-C do CPC: - "É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.03.2000, data da publicação da Medida Provisória nº 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada". - "A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada".

2 - Hipótese em que foram expressamente pactuadas as taxas de juros mensal e anual, cuja observância, não havendo prova da abusividade, é de rigor.

3 - Agravo regimental provido" (Agravo regimental, no Agravo, em Recurso Especial 87.747/RS, Relator Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 16.08.2012, DJe 22.08.2012). "(Apelação 1011624-93.2015.8.26.0037, da 37ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Relator Desembargador Pedro Kodama, j., 26.07.2016, v.u.).

"AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO BANCÁRIO. ALEGADA


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ABUSIVIDADE E ILICITUDE DAS CLÁUSULAS PACTUADAS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. INCONFORMISMO DO AUTOR. EXPRESSA PREVISÃO CONTRATUAL QUE AUTORIZA EVENTUAL INCIDÊNCIA DE JUROS CAPITALIZADOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO DE COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. INOCORRÊNCIA DE ABUSIVIDADE NOS ENCARGOS DA MORA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO PROVIDO" (Apelação 1005283-83.2015.8.26.0576, DA 15ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Relator Desembargador Coelho Mendes, j., 07.07.2016, v.u.).

"Ação revisional de cédula de crédito bancário com cláusula de alienação fiduciária cumulada com restituição de valor. Capitalização Admissibilidade a partir de março de 2000. Contratação posterior. Cabível no caso concreto. Medida Provisória nº 2.170-36/2001. Requisitos da relevância e urgência reconhecidos pelo Supremo Tribunal Federal. Tabela Price. Regularidade. Comissão de Permanência. Lícitude na cobrança. Impossibilidade de cumulação com outros encargos da mora. Sentença não desfavorável ao recorrente. Recurso conhecido em parte em na parte conhecida, improvido" (Apelação 1002152-68.2015.8.26.0037, da 13ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Relator Desembargador Cauduro Padin, j., 28.10.2015, v..u.).

"REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO – Cédula de Crédito Bancário – Possibilidade da cobrança de capitalização dos juros, desde que pactuada – Artigo 28, parágrafo 1º, inciso I, da Lei nº 10.931/04 - Cobrança de capitalização de juros devidamente contratada - Precedentes do STJ, em Recurso Repetitivo - Art. 543-C, do CPC - Pagamento do valor mutuado que foi, desde a assinatura do contrato, ajustado em parcelas fixas - Inteligência das Súmulas 539 e 541, do STJ - Constitucionalidade do art. 5º, "caput", da MP 2.170/01, declarada pelo Plenário do C. Supremo Tribunal Federal (RE; 592.377-RS) - Cobrança da comissão de permanência não contratada - Contrato entabulado entre as partes que previu, para o período de inadimplência, juros moratórios, remuneratórios e multa - Matéria que está pacificada, devendo ser observada a incidência nos limites dos julgados (Súmula 472, do STJ) - Sentença mantida - Recursos não provido, com observação" (Apelação 1085029-70.2015.8.26.0100, da 14ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Relatora Desembargadora Lúgia Araújo Bisogni, j., 22.08.2016, v.u.).

Nesse sentido, são os precedentes:

"JUROS – Cédula de crédito bancário - Capitalização - Julgamento de recurso repetitivo no STJ permitindo a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.03.2000, data da publicação da Medida Provisória nº 1.963-17/2000, em vigor como MP nº 2.170/01, desde que expressamente pactuada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Súmulas 539 e 541, do STJ.

Liberdade na contratação da taxa de juros – Jurisprudência a respeito pacificada e objeto de decisões afetadas a recurso repetitivo.

...

O fato de haver convenção expressa nesse sentido, legitima a exigência, e nesse sentido dispõe as seguintes súmulas do colendo Superior Tribunal de Justiça:

Súmula 539:

"É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior à anual em contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a partir de 31/3/2000 (MP nº 1.963-17/00, reeditada como MP.2.170-36/01, desde que expressamente pactuada".

Súmula 541:

"A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duocéuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada".

Também não se pode falar em inconstitucionalidade da Medida Provisória nº 2.170-36, de 23.8.2001, pois o colendo Supremo Tribunal Federal, recentemente, concluiu pela tese oposta.

Constitucional. Art. 5º da MP 2.170/01. Capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano. Requisitos necessários para edição de medida provisória. Sindicabilidade pelo Poder Judiciário. Escrutínio estrito. Ausência, no caso de elementos suficientes para negá-los. Recurso provido.

A jurisprudência da Suprema Corte está consolidada no sentido de que, conquanto os pressupostos para a edição de medidas provisórias se exponham ao controle judicial, o escrutínio a ser feito nesse particular tem domínio estrito, justificando-se a invalidação da iniciativa presidencial apenas quando atestada a inexistência cabal de relevância e de urgência.

Não se pode negar que o tema tratada pelo art. 5º, da MP 2.170/01 é relevante, porquanto o tratamento normativo dos juros é matéria extremamente sensível para a estruturação do sistema bancário, e, conseqüentemente, para assegurar estabilidade à dinâmica da vida econômica do país.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

6ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Por outro lado, a urgência para a edição do ato também não pode ser rechaçada, ainda mais em se considerando que, para tal, seria indispensável fazer juízo sobre a realidade econômica existente à época, ou seja, há quinze anos passados.

Recurso extraordinário provido" (Recurso Extraordinário 592.377-RS, Tribunal Pleno, m.v., Relator Ministro MARCO AURÉLIO, Redator do acórdão, Ministro TEORI ZAVASCKI, j., em 04.02.2015, DJe de 20.03.2015)"(Apelação 0045705-64.2013.8.26.0002, da 23ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Relator Desembargador Sebastião Flávio, j., 26.10.2016, v.u.).

"EMBARGOS À EXECUÇÃO. Cédula de crédito bancário. Empréstimo para capital de giro.

CERCEAMENTO DE DEFESA. Inocorrência. Prova pericial desnecessária. Questões de direito,. Julgamento antecipado possível. Preliminar rejeitada.

ILIQUEZ DO TÍTULO. Inocorrência. Execução instruída com planilha de cálculos e extratos bancários que permitem aferir a evolução do débito. Embargante que não comprovou iliquidez do título de crédito, ônus que lhe cabia. Cédula de crédito bancário que traduz obrigação certa, líquida e exigível. Sentença mantida nesse ponto.

JUROS REMUNERATÓRIOS. Inexistência de limitação ao percentual de 12% ao ano. STJ, recursos repetitivos, REsp nº 1.061.530/RS. Nulidade, contudo, da adoção do CDI como indexador da taxa de juros. Súmula 176 do STJ. Jurisprudência deste Tribunal. Determinação de recálculo, substituindo-se os encargos financeiros pactuados pela taxa média de mercado, saldo se a praticada for mais vantajosa aos devedores. Aplicação analógica da Súmula nº 530 do STJ. Sentença reformada nesse ponto.

Como se vê, portanto, a cobrança dos juros, impugnada pelo acionado, tem previsão legal e contratual, e está em conformidade com o entendimento jurisprudencial. Suas alegações, como indicado nos arestos mencionados, não prevalecem.

Portanto, não há ilegalidades a serem reconhecidas, nem direito à abatimento ou compensação em seu favor.

E não aproveita ao acionado, também, a argumentação de que poderia purgar a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

mora somente com o depósito das parcelas vencidas, com exclusão da dívida a ser vencer.

Pondere-se, por primeiro, que tal discussão se mostra despcienda aos autos, mormente porque nenhum depósito foi apresentado, seja parcial, seja total.

De todo modo, relembre-se que também já é entendimento jurisprudencial consolidado que a purgação da mora, para atendimento da regra do artigo 3º. § 2º, do Dec. Lei 911/69, com a redação que lhe deu a lei 10.931, de 02.08.2004, dá-se com a quitação da integralidade da dívida (parcelas vencidas e vincendas), conforme firmado, inclusive, no Recurso Especial, Representativo de Controvérsia, 1.418.593/MS, da 2ª Seção, do Superior Tribunal de Justiça, da relatoria do eminente Ministro Luis Felipe Salomão.

Por conta de todo o articulado, não se mostra óbice ao acolhimento da pretensão inicial a invocação da aplicabilidade da Teoria do Adimplemento Substancial do contrato, espécie de "*princípio da insignificância*" trazido para a seara civilista, visando a evitar desfazimento de avença já "*quase*" cumprida por inteiro pela parte circunstancialmente impontual.

O Professor Cláudio Luiz Bueno de Godoy, em sua conhecida obra, explica que a teoria ora aventada é "*típica revelação do solidarismo na relação contratual, e mercê da qual a resolução quando o contrato se tiver cumprido quase por inteiro, ou seja, quando as prestações tiverem adimplido quase de maneira perfeita, como, por exemplo, nas hipóteses em que apenas a última parcela do prêmio tenha sido inadimplida*" (Código Civil Comentado, 2ª edição, Editora Manile, 2008, pág.721).

Como se vê, há certos requisitos para que a aplicação da teoria possa ser encampada, entre eles, o reconhecido proveito ao credor, com o cumprimento imperfeito da obrigação, e a "proximidade" encontra o pagamento efetivamente realizado pelo devedor e o total previsto no contrato.

No caso dos autos, o autor pagou 24 das 48 parcelas, e estava em mora com 9 delas (pág.23) quando do ajuizamento da ação. A dívida supera R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Não há como se reconhecer, portanto, que o contrato foi "*quase*" cumprido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Em precedentes, ora invocados como razão de decidir, se estabeleceu:

"ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE COISA MÓVEL – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DE VEÍCULO – ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL NÃO VERIFICADO NO CASO, EM QUE APENAS 27 DAS 48 PRESTAÇÕES FORAM PAGAS - BUSCA E APREENSÃO PROCEDENTE, NOS TERMOS DA SENTENÇA DE QUE CONFIRMA" (Apelação 1002175-49.2014.8.26.0554, da 27ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Relator Desembargador Edgard Rosa, j., 03.10.2016, v.u.).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO – PURGAÇÃO DA MORA – PAGAMENTO QUE DEVE ENGLOBAL A INTEGRALIDADE DA DÍVIDA PENDENTE (PARCELAS VENCIDAS E VINCENDAS) - CAPITALIZAÇÃO DE JUROS PACTUADA E AUTORIZADA PELA MP 2.170-36/2011 - TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL - INAPLICABILIDADE - CONSTITUIÇÃO FORMAL DA MORA QUE RESTOU INCONTROVERSA -

DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO" (Agravado de Instrumento 2163655-61.2016.8.26.0000, da 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Relator Desembargador César Luiz de Almeida, j., 05.10.2016, v.u.).

"Alienação fiduciária. Busca e apreensão. Bem apreendido. Não comprovado o pagamento da totalidade da dívida. Ação julgada procedente. Apelação. Pretendida aplicação da teoria do adimplemento substancial. Impossibilidade. Falta de pagamento das prestações. Dívida que supera os R\$ 70.000,00. Valor que não se mostra irrisório. Teoria que não pode ser aplicada como perdão da dívida inadimplida. Aplicabilidade da teoria afastada. Sentença mantida.

Recurso improvido" (Apelação 0002419-62.2015.8.26.0294, da 32ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, Relator Desembargador Francisco Occhiuto Júnior, j., 06.10.2016, v.u.).

Aliás, é pertinente que registrar que, havendo disposição legal de prevê o pagamento da integralidade da dívida, somente em hipóteses excepcionais, em que houvesse manifesta iniquidade, tal teoria poderia ser invocada e aplicada, pena de grave risco à segurança jurídica dos contratos, que deve prestigiar a conhecida parêmia: *pacta sunt servanda*.

Assim, caracterizada a mora do acionado, o pedido inicial deve ser julgado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

6ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

procedente.

Isso posto, **JULGO PROCEDENTE** esta ação de **BUSCA E APREENSÃO** ajuizada por **BV FINANCEIRA S/A - CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS** contra **OSMAR OGELIO OLIVEIRA DOS SANTOS**, acolhendo o pedido inicial, tornando definitiva a liminar concedida a págs. 43/44, consolidando em favor da autora os direitos inerentes ao domínio e posse plenos do bem objeto do contrato. Dou por extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Autorizada a venda do veículo, com observância do disposto no artigo 2º, do Decreto-Lei 911/69. Sucumbente, responderá o acionado por eventuais custas processuais em aberto, pelo reembolso das custas despendidas pela autora e pelos honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da causa, cuja cobrança far-se-á na forma prevista no artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

P.R.I.

Araraquara, 02 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**